

O FARDÃO DA COR: EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL VIVENCIADAS POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Recebido em: 19/06/2025

Aceito em: 09/09/2025

DOI: 10.25110/arqsaude.v29i3.2025-12204



Eliany Nazaré Oliveira ¹
João Walyson de Paula Cordeiro ²
Paulo Jorge de Almeida Pereira ³
Paulo Cesar de Almeida ⁴
Lorena Saraiva Viana ⁵
Marcos Pires Campos ⁶
Heliandra Linhares Aragão ⁷
Pedro Lucas Alves ⁸

RESUMO: A discriminação racial na educação superior ainda é um obstáculo relevante no Brasil, afetando diretamente a continuidade escolar e a saúde mental de alunos negros. O objetivo deste estudo foi analisar as situações de racismo vivenciadas por estudantes universitários, tendo como foco os quesitos discriminação e preocupação da escala de experiências de discriminação racial. Este é um estudo descritivo, exploratório e transversal, com uma abordagem quantitativa, limitada com 829 alunos de cinco Instituições de Ensino Superior do Ceará. Entre setembro e dezembro de 2023, coletamos dados por meio de um formulário eletrônico que incluía questões sociodemográficas e a Escala de Experiências de Discriminação Racial. A análise dos dados foi realizada por meio dos testes ANOVA e post hoc, a fim de identificar diferenças significativas entre os grupos. Os resultados indicaram que alunos negros e pardos apresentavam níveis de discriminação significativamente superior em relação aos brancos. Além disso, indivíduos que não se identificam como binários e aqueles que optam por não se identificar também apresentam altos índices de discriminação. Alunos com mais de 30 anos relatam mais experiências de discriminação em comparação com os mais novos, provavelmente por causa da exposição prolongada ao ambiente acadêmico. Os resultados apontam que a discriminação racial constitui um obstáculo estrutural na educação superior, impactando o rendimento acadêmico, a saúde mental e a sensação de pertença

¹ Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

E-mail: elianyy@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6408-7243>

² Estudante da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

E-mail: joaowalysondepaula@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2251-7177>

³ Docente da Universidade Nova de Lisboa

E-mail: ppereira@ucp.pt, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2867-802X>

⁴ Docente da Universidade Estadual do Ceará (UEC).

E-mail: pc2015almeida@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2867-802X>

⁵ Estudante de Doutorado da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

E-mail: lorennasaraiva0@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1496-5164>

⁶ Egresso do Mestrado Acadêmico em Saúde da Família da Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: e14.marcos@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9656-9140>

⁷ Aluna do Doutorado em Saúde da Família - Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

E-mail: heliandrabj@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6881-7250>

⁸ Estudante da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

E-mail: plucasalvs@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7423-2515>

dos alunos negros. Portanto, é crucial a execução de políticas institucionais antirracistas, que englobam ações afirmativas, apoio psicológico e estímulo ao letramento racial, com o objetivo de garantir um ambiente acadêmico mais inclusivo e justo. A persistência dos estudos sobre o assunto é crucial para avaliar a efetividade dessas ações e o progresso na promoção da igualdade racial nas instituições de ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Discriminação Racial; Racismo; Estudantes.

THE BURDEN OF COLOR: EXPERIENCES OF RACIAL DISCRIMINATION LIVED BY UNIVERSITY STUDENTS

ABSTRACT: Racial discrimination in higher education remains a significant barrier in Brazil, directly affecting the educational continuity and mental health of black students. This study aimed to analyze the experiences of racism faced by university students, focusing on the “discrimination” and “concern” domains of the Racial Discrimination Experience Scale. This is a descriptive, exploratory, and cross-sectional study with a quantitative approach, involving 829 students from five higher education institutions in Ceará. Between September and December 2023, data were collected through an electronic form that included sociodemographic questions and the Racial Discrimination Experience Scale. Data analysis was conducted using ANOVA and post hoc tests to identify significant differences between groups. The results showed that black and brown students reported significantly higher levels of discrimination compared to white students. In addition, individuals who do not identify with the binary gender system or choose not to disclose their gender identity also reported high levels of discrimination. Students over the age of 30 reported more experiences of discrimination compared to younger students, likely due to prolonged exposure to the academic environment. The findings indicate that racial discrimination is a structural barrier in higher education, impacting academic performance, mental health, and the sense of belonging of black students. Therefore, the implementation of anti-racist institutional policies is crucial, including affirmative action, psychological support, and the promotion of racial literacy, in order to ensure a more inclusive and equitable academic environment. Continued research on this topic is essential to assess the effectiveness of these actions and the progress toward racial equality in higher education institutions.

KEYWORDS: Racial Discrimination; Racism; Students.

LA CARGA DEL COLOR: EXPERIENCIAS DE DISCRIMINACIÓN RACIAL VIVIDAS POR ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS

RESUMEN: La discriminación racial en la educación superior sigue siendo un obstáculo relevante en Brasil, afectando directamente la continuidad educativa y la salud mental de los estudiantes negros. El objetivo de este estudio fue analizar las situaciones de racismo vividas por estudiantes universitarios, con énfasis en los dominios “discriminación” y “preocupación” de la Escala de Experiencias de Discriminación Racial. Se trata de un estudio descriptivo, exploratorio y transversal, con un enfoque cuantitativo, que incluyó a 829 estudiantes de cinco Instituciones de Educación Superior del estado de Ceará. Entre septiembre y diciembre de 2023, los datos fueron recolectados mediante un formulario electrónico que contenía preguntas sociodemográficas y la Escala de Experiencias de Discriminación Racial. El análisis de los datos se realizó mediante pruebas ANOVA y post hoc, con el fin de identificar diferencias significativas entre los grupos. Los

resultados indicaron que los estudiantes negros y pardos presentaron niveles de discriminación significativamente más altos en comparación con los estudiantes blancos. Además, las personas que no se identifican con el sistema binario de género o que prefieren no identificarse también mostraron altos índices de discriminación. Los estudiantes mayores de 30 años relataron más experiencias de discriminación que los más jóvenes, probablemente debido a una exposición prolongada al entorno académico. Los resultados señalan que la discriminación racial constituye una barrera estructural en la educación superior, impactando el desempeño académico, la salud mental y el sentido de pertenencia de los estudiantes negros. Por lo tanto, es fundamental implementar políticas institucionales antirracistas que incluyan acciones afirmativas, apoyo psicológico y fomento del alfabetismo racial, con el objetivo de garantizar un entorno académico más inclusivo y justo. La continuidad de los estudios sobre este tema es esencial para evaluar la efectividad de estas acciones y el avance hacia la igualdad racial en las instituciones de educación superior.

PALABRAS CLAVE: Discriminación Racial; Racismo; Estudiantes.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a discriminação racial e o racismo estão profundamente arraigados nas estruturas sociais, culturais e institucionais do país. Apesar de serem comumente usados como sinônimos, esses conceitos têm diferenças importantes. O racismo é um sistema de opressão fundamentado na hierarquia racial, apoiado por políticas, ações e discursos que marginalizam certos grupos raciais. Por outro lado, a discriminação racial diz respeito a práticas que levam a um tratamento desigual de pessoas com base em sua raça ou etnia, restringindo seu acesso a direitos e oportunidades (Carneiro, 2020).

Historicamente, a comunidade negra no Brasil tem sido vítima de marginalização e violência, perpetuando desigualdades que se manifestam em vários campos, incluindo o educacional. Os estudantes negros lidam com obstáculos estruturais que abrangem desde o acesso desigual a uma educação de alta qualidade até a perpetuação de estereótipos nas instituições educacionais (Barbosa; Kokkonen; Sousa, 2021). A batalha contra essas disparidades se intensificou na década de 1990, com movimentos negros e sociais exigindo do Estado medidas efetivas para incluir a população negra no ensino superior. Este procedimento gerou políticas afirmativas, como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que garante a reserva de vagas em universidades públicas para alunos negros, indígenas e oriundos de escolas públicas, fomentando uma maior igualdade no acesso à educação (Brasil, 2012a).

Mesmo com os progressos realizados, os obstáculos continuam. O mito da democracia racial, amplamente difundido no Brasil, favorece a negação da presença do racismo, tornando mais difícil sua discussão e combate (Gomes; Silva; Brito, 2021). Essa

discriminação tem consequências importantes na saúde mental de alunos negros, que muitas vezes enfrentam estresse psicológico, ansiedade e depressão, problemas que são intensificados pela marginalização e pela escassa representatividade no ambiente acadêmico (Pires; Oliveira; Sousa, 2024). Além disso, a desistência escolar é um resultado direto do racismo estrutural, visto que muitos alunos negros deixam a escola devido à ausência de apoio e dificuldades às dificuldades nas instituições educacionais (Gonçalves; Pinheiro, 2024).

Nesse contexto, é crucial promover políticas educacionais antirracistas que assegurem não apenas o ingresso, mas também a continuidade e o bem-estar dos alunos negros na educação superior. Implementar programas de suporte psicológico, promover a representatividade institucional e lutar contra o racismo estrutural são ações fundamentais para estabelecer um ambiente acadêmico genuinamente inclusivo e justo.

Desse modo, o presente artigo tem como objetivo analisar as experiências de discriminação racial vivenciadas por estudantes universitários, com ênfase nas dimensões "discriminação" e "preocupação" da Escala de Experiências de Discriminação Racial.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um recorte de um estudo exploratório, descritivo e transversal, com abordagem quantitativa, denominada “Discriminação racial e saúde mental nas universidades”. A investigação transversal se caracteriza pela avaliação simultânea dos fatores ou causas e seus impactos sobre um determinado grupo de pessoas em um único momento temporal. Este tipo de delineamento metodológico possibilita a obtenção de dados sobre a taxa ou ocorrência de doenças e fatores de risco em um determinado instante, além de permitir a análise de relações entre as variáveis de resultado e suas covariáveis (Polit; Beck, 2019).

A população de referência foi composta por 11.761 estudantes matriculados nas cinco instituições participantes. Para o cálculo do tamanho amostral, fixou-se o nível de significância em 5% ($\alpha = 0,05$) e o erro amostral absoluto em 4% ($e = 0,04$). Adotando $p = 0,50$ (máxima variabilidade), aplicou-se a fórmula de Cochran para populações infinitas, resultando em $n_0 \approx 600$. Com a correção para população finita, obteve-se $n \approx 574$. Para compensar eventuais perdas, acrescentou-se 20%, estabelecendo uma amostra mínima planejada de 689 estudantes.

O recrutamento ocorreu por amostragem de conveniência, considerando a disponibilidade dos estudantes que aceitaram participar. Na fase virtual, foram enviados convites a cerca de 3.500 estudantes, dos quais 523 responderam integralmente (taxa de resposta de 14,9%). Na fase presencial, realizada nas cinco instituições, foram abordados 680 estudantes, com 306 respondentes (taxa de 45%). Assim, a amostra efetiva totalizou 829 participantes, superando o mínimo calculado, assegurando poder estatístico adequado para as análises inferenciais, embora se reconheça que subgrupos muito pequenos possam limitar comparações específicas.

A Escala de Experiências de Discriminação serviu como ferramenta para avaliar e mensurar experiências de discriminação vinculadas a etnias, raças ou cores de pele. Criada por Krieger em 1990 para o projeto Coronary Artery Risk Development in Young Adults (CARDIA), a escala passou por uma revisão em 2005 para ajustes nas perguntas e, desde então, tem sido amplamente utilizada em pesquisas. O instrumento é dividido em cinco categorias principais: respostas a tratamentos injustos, discriminação, preocupações, questões gerais e queixas registradas (Fattore *et al.*, 2016).

Neste trabalho, foram examinadas variáveis sociais e demográficas, incluindo gênero, idade, estado civil e etnia, em relação às dimensões de discriminação e preocupação da Escala de Experiências de Discriminação Racial. Para conduzir a análise, foi aplicada a técnica estatística ANOVA (Análise de Variância), uma ferramenta comumente utilizada para comparar médias de três ou mais grupos independentes. Este método permite identificar se existem diferenças estatisticamente relevantes entre as médias dos grupos, ajudando a avaliar a parte da variação atribuível às disparidades dentro e entre os grupos. Quando a ANOVA revela a existência de diferenças significativas, análises adicionais Post Hoc, como os testes de Tukey, Scheffé ou Bonferroni, entre outros, são conduzidas. Estes testes esclarecem quais grupos apresentam diferenças específicas, proporcionando uma análise mais detalhada e minuciosa dos resultados, além de reduzir a probabilidade de interpretações incorretas. É crucial que a interpretação dos dados seja realizada de maneira cuidadosa, levando em conta as peculiaridades do contexto analisado e as possíveis limitações dos métodos estatísticos utilizados (Maroco, 2018).

No presente estudo, sempre que a ANOVA indicou diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, foi aplicado o teste post hoc de Tukey (HSD – Honest Significant Difference). Esse procedimento foi escolhido por sua robustez e ampla

utilização em pesquisas nas áreas da saúde e ciências sociais, permitindo identificar de forma clara quais grupos específicos diferem entre si, ao mesmo tempo em que controla o erro tipo I em comparações múltiplas.

Complementarmente, para além da análise de significância estatística baseada nos valores de p , foram calculadas medidas de tamanho de efeito, em especial o *eta quadrado parcial* (η^2p), com o objetivo de indicar a magnitude das diferenças observadas entre os grupos. Essa métrica informa a proporção da variância explicada por cada fator analisado, fornecendo uma noção mais precisa da relevância prática dos resultados. Adotaram-se como referência os pontos de corte propostos por Cohen (1988) e Maroco (2011): $\eta^2p \geq 0,01$ indica efeito pequeno; $\eta^2p \geq 0,06$, efeito moderado; e $\eta^2p \geq 0,14$, efeito grande.

A pesquisa envolveu 829 estudantes. O tempo das entrevistas variou de 15 a 20 minutos, englobando a explicação dos propósitos do estudo e a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os critérios para inclusão abrangeram alunos com 18 anos ou mais que estavam matriculados em uma das instituições de ensino superior do Ceará que participaram da pesquisa. Por outro lado, foram eliminados os alunos que não tinham acesso à internet para completar o formulário e aqueles que não responderam ao questionário de forma integral.

É fundamental mencionar que esta pesquisa respeitou as diretrizes contidas na Resolução nº 466, datada de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Essa resolução enfatiza a importância de levar em conta as opiniões tanto dos participantes quanto das comunidades relacionadas ao estudo feito com seres humanos. Ela se fundamenta em princípios de bioética como autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, visando salvaguardar os direitos e deveres dos participantes da pesquisa. Ademais, é essencial oferecer informações detalhadas a todos os envolvidos sobre a realização da pesquisa (Brasil, 2012b).

Assim, a pesquisa “Discriminação racial e saúde mental nas universidades”, recebeu a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) mediante o Parecer nº 6.279.258.

3. RESULTADOS

A tabela 1 mostra os elementos sociodemográficos que foram analisados, nestes, é possível observar as variáveis associadas ao gênero, idade, raça, situação civil e religião dos estudantes.

Tabela 1: Distribuição dos Dados Sociodemográficos dos estudantes universitários.

| | | N | % |
|---|----------------------------|-----|-------|
| 1 Gênero | Feminino | 437 | 52,7 |
| | Masculino | 385 | 46,4 |
| | Não-binário | 4 | ,5 |
| | Prefiro não me identificar | 3 | ,4 |
| 2 Idade M=23,1 DP=5,47 Min=18 Max=64 (2 valores omissos) | 18 ou 19 | 176 | 21,3 |
| | 20 ou 21 | 201 | 24,3 |
| | 22 ou 23 | 201 | 24,3 |
| | 24 ou 25 | 106 | 12,8 |
| | 26 a 30 | 79 | 9,6 |
| | Mais de 30 | 64 | 7,7 |
| 3 Raça | Parda | 482 | 58,1 |
| | Preta | 103 | 12,4 |
| | Branca | 232 | 28,0 |
| | Amarela | 11 | 1,3 |
| | Indígena | 1 | ,1 |
| 4 Situação civil | Solteiro | 728 | 87,8 |
| | Casado | 54 | 6,5 |
| | União estável | 45 | 5,4 |
| | Viúvo | 2 | ,2 |
| 5 Qual a sua religião? | Católica | 492 | 59,3 |
| | Evangélica | 95 | 11,5 |
| | Espírita | 11 | 1,3 |
| | Umbanda | 12 | 1,4 |
| | Candomblé | 1 | ,1 |
| | Ateu | 42 | 5,1 |
| | Não tenho religião | 146 | 17,6 |
| | Outras Religiões | 30 | 3,6 |
| Total | | 829 | 100,0 |

Assim, o aspecto de gênero revela uma maioria de 437 (52,7%) do sexo feminino. O critério de idade apresenta uma média de 23,1 anos, levando em consideração que os participantes são jovens adultos. A tabela também indica que a idade mínima é de 18 anos e a máxima chega a 64 anos, estando dentro das exigências de inclusão deste estudo.

Quanto à etnia e cor, a maior parte da população se declarou parda, com 482 (58,1%) dos estudantes, enquanto 232 (28%) identificaram-se como brancos. Em terceiro lugar, 103 (12,4%) se autodeclararam pretos, 11 (1,3%) identificaram-se como amarelos e apenas 1 (0,1%) indígena.

Sobre o estado civil, a pesquisa revela que a maior parte dos alunos se considera solteira, totalizando 728 (87,8%). Aqueles que estão casados somam 54 (6,5%), enquanto 45 (5,4%) estão em união estável, e 2 (0,2%) são viúvos. No que diz respeito à

religiosidade, a maioria declarou-se católica, contabilizando 492 (59,3%) alunos, seguidos por 146 (17,6%) que não têm religião e 95 (11,5%) evangélicos.

A Tabela 2 evidencia-se a análise descritiva e o Teste ANOVA da relação das dimensões discriminação e preocupação da escala de experiências de discriminação racial com a variável gênero.

Tabela 2: Apresentação das Dimensões da Escala de Experiências de Discriminação e o Gênero de Estudantes Universitários, Ceará, 2024.

| | Feminino (N=437) | | Masculino (N=385) | | Não-binário (N=4) | | Prefiro não identificar (N=3) | | F | p |
|--|---------------------|------|----------------------|------|----------------------|------|-------------------------------------|------|-------|------------------------------|
| | M | DP | M | DP | M | DP | M | DP | | |
| Dimensão 1. Discriminação ^{PH} | 12,4 | 20,7 | 14,1 | 22,7 | 33,3 | 39,5 | 40,7 | 25,7 | 3,133 | [*] 0,025 |
| Dimensão 2. Preocupação | 64,1 | 40,4 | 62,0 | 40,8 | 50,0 | 57,7 | 100,0 | 0,0 | 1,156 | 0,326 |

^{PH} – testes PostHoc: F < PNI * p<0,05 ** p<0,01 ***p<0,001

A análise da relação entre gênero e preconceito racial detectou diferenças estatisticamente relevantes na dimensão discriminação (F = 3,133; p = 0,025). As médias mais altas foram registradas entre indivíduos não-binários (M = 33,3; DP = 39,5) e aqueles que preferem não se identificar (M = 40,7; DP = 25,7). Os grupos, masculino (M = 14,1; DP = 22,7) e feminino (M = 12,4; DP = 20,7) foram os que atingiram as maiores pontuações médias. Em contrapartida, a preocupação com a discriminação racial não mostra diferenças relevantes entre os gêneros (F = 1,156; p = 0,326).

A Tabela 3 evidencia-se a análise descritiva e o Teste ANOVA da relação das dimensões discriminação e preocupação da escala de experiências de discriminação racial com a variável faixa etária.

Tabela 3: Relação entre as Dimensões da Escala de Experiências de Discriminação com a Idade, entre os estudantes universitários. Ceará, 2024.

| | 18 ou 19 (N=176) | | 20 ou 21 (N=201) | | 22 ou 23 (N=201) | | 24 ou 25 (N=106) | | 26 a 30 (N=79) | | Mais de 30 (N=64) | | F | p |
|--|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|---------------------|------|-------------------|------|----------------------|------|-------|-------------------------|
| | M | DP | M | DP | M | DP | M | DP | M | DP | M | DP | | |
| Dimensão 1. Discriminação ^{PH} | 10,0 | 17,7 | 7,6 | 17,1 | 14,6 | 21,1 | 15,8 | 23,6 | 20,0 | 26,8 | 23,4 | 28,6 | 8,651 | ^{***} 0,000 |
| Dimensão 2. Preocupação | 62,7 | 40,8 | 56,7 | 41,9 | 64,5 | 41,4 | 66,4 | 40,0 | 64,6 | 37,5 | 73,4 | 36,7 | 2,041 | 0,071 |

^{PH} – testes PostHoc: 18-19 < 26-30, +30; 20-21 < 22-23, 24-25, 26-30, +30 * p<0,05 ** p<0,01 ***p<0,001

A avaliação por idade apresentou variações notáveis na dimensão discriminação ($F = 8,651$; $p < 0,001$). Os alunos acima de 30 anos obtiveram as médias mais altas ($M = 23,4$; $DP = 28,6$), seguidas pelos de 26 a 30 anos ($M = 20,0$; $DP = 26,8$). Foram registrados os menores índices entre os mais jovens, particularmente entre os de 20 a 21 anos ($M = 7,6$; $DP = 17,1$). A preocupação com a discriminação não mostrou diferenças estatisticamente entre os grupos ($F = 2,041$; $p = 0,071$).

A Tabela 4 evidencia-se a análise descritiva e o Teste ANOVA da relação das dimensões discriminação e preocupação da escala de experiências de discriminação racial com a variável raça.

Tabela 4: Apresentação das Dimensões da Escala de Experiências de Discriminação, entre os estudantes universitários. Ceará, 2024.

| | Parda (N=482) | | Preta (N=103) | | Branca (N=232) | | Amarela (N=11) | | F | p |
|--|------------------|------|------------------|------|-------------------|------|-------------------|------|--------|--------------|
| | M | DP | M | DP | M | DP | M | DP | | |
| Dimensão 1. Discriminação ^{PH} | 12,7 | 20,4 | 39,3 | 27,2 | 3,3 | 10,3 | 10,1 | 12,6 | 83,435 | *** 0,000 |
| Dimensão 2. Preocupação | 68,2 | 37,3 | 87,1 | 25,2 | 42,1 | 43,5 | 63,6 | 45,8 | 40,130 | *** 0,000 |

1)^{PH} – testes PostHoc: Branca < Parda < Preta; Amarela < Preta 2)^{PH} – testes PostHoc: Branca < Parda < Preta * $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

As análises indicaram diferenças altamente relevantes entre os grupos raciais em ambas as dimensões científicas ($F = 83,435$; $p < 0,001$ para discriminação e $F = 40,130$; $p < 0,001$ para preocupação). Estudantes negros ($M = 39,3$; $DP = 27,2$) alcançaram os maiores níveis de discriminação, seguidos pelos pardos ($M = 12,7$; $DP = 20,4$). Em contrapartida, os estudantes brancos ($M = 3,3$; $DP = 10,3$) revelaram níveis consideravelmente mais baixos de discriminação. O mesmo padrão foi observado na preocupação com a discriminação, onde estudantes negros ($M = 87,1$; $DP = 25,2$) foram considerados médios mais elevados, enquanto os brancos ($M = 42,1$; $DP = 43,5$) apresentaram menor preocupação com o tema.

A Tabela 5 evidencia-se a análise descritiva e o Teste ANOVA da relação das dimensões discriminação e preocupação da escala de experiências de discriminação racial com a variável situação civil.

Tabela 5: Apresentação das Dimensões da Escala de Experiências de Discriminação com a Situação civil de Estudantes Universitários, Ceará, 2024.

| | Solteiro (N=728) | | Casado (N=54) | | União estável (N=45) | | F | p |
|---|------------------|------|---------------|------|----------------------|------|-------|---------|
| | M | DP | M | DP | M | DP | | |
| Dimensão 1. Discriminação ^{PH} | 12,4 | 21,1 | 19,3 | 25,7 | 19,8 | 26,3 | 4,638 | * 0,010 |
| Dimensão 2. Preocupação ^{PH} | 61,9 | 40,9 | 73,5 | 34,5 | 71,9 | 40,8 | 3,152 | * 0,043 |

^{PH} – testes PostHoc: Dimensão 1. Discriminação: Solteiro < Casado, União estável; Dimensão 2. Preocupação: Solteiro < Casado * p<0,05 ** p<0,01 *** p<0,001

Em ambas as dimensões examinadas, a variável situação civil também mostrou diferenças notáveis. A discriminação foi mais acentuada entre os alunos que são casados (M = 19,3; DP = 25,7) ou que possuem uma união estável (M = 19,8; DP = 26,3), em comparação com os solteiros (M = 12,4; DP = 21,1; F = 4,638; p = 0,010). Igualmente, entre os casados, a preocupação com a discriminação foi significativamente maior (M = 73,5; DP = 34,5; F = 3,152; p = 0,043) em relação aos solteiros.

4. DISCUSSÃO

Os dados apresentados neste estudo fornecem um retrato complexo e alarmante das experiências de discriminação racial enfrentadas por alunos universitários no Ceará. A Tabela 1 destaca o perfil sociodemográfico dos participantes, com predominância de estudantes do gênero feminino (52,7%), raça parda (58,1%), solteiros (87,8%) e católicos (59,3%). Esta configuração está em conformidade com estudos anteriores sobre o perfil dos estudantes no Brasil, que indicam a predominância feminina no ensino superior e o aumento da presença de alunos negros e pardos após políticas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas (Brasil, 2012a; Gomes; Silva; Brito, 2021). Contudo, a predominância de pardos não garante a igualdade racial, pois, conforme destaca Carneiro (2020), o sistema de privilégios brancos continua a impor obstáculos invisíveis, mesmo com a presença significativa de negros.

Na Tabela 2, a dimensão "Discriminação" da escala apresentou médias consideravelmente superiores entre alunos não binários (M = 33,3) e aqueles que optaram por não se identificar com um gênero (M = 40,7), quando comparados a estudantes masculinos e femininos cisgêneros. Este resultado destaca a sobreposição de preconceitos enfrentados por indivíduos cujas identidades de gênero e expressões não se alinham aos padrões dominantes. A relação interseccional entre raças e gêneros é crucial para entender essas vivências, uma vez que a universidade não constitui um espaço neutro, mas

reproduz violências simbólicas contra grupos dissidentes (Bezerra, 2019). A ausência de políticas inclusivas direcionadas ao público LGBTQIA+ negro aprofunda esse quadro de vulnerabilidade múltipla, com impactos diretos tanto na saúde mental quanto a permanência acadêmica.

A Tabela 3 indica que alunos acima de 30 anos foram as maiores médias de discriminação ($M = 23,4$), seguidas pelos que têm entre 26 e 30 anos ($M = 20,0$). Essa informação é relevante, uma vez que indica que a permanência no ambiente universitário pode intensificar a percepção e o acúmulo de experiências discriminatórias. De acordo com Rabelo *et al.* (2018), alunos negros mais velhos geralmente percebem de maneira mais crítica os mecanismos do racismo institucional, o que pode intensificar sua sensibilidade frente às pequenas agressões e violências diárias no ambiente acadêmico. Além disso, uma idade mais avançada pode estar ligada a uma trajetória educacional mais extensa e potencialmente mais desafiadora, lidando com obstáculos desde a educação básica até o nível universitário.

Os dados apresentados na Tabela 4 reforçam a importância da raça como indicador de desigualdade. Os alunos negros (pretos) exibiram as mais elevadas taxas de discriminação ($M = 39,3$) e preocupação ($M = 87,1$), em contraste com os estudantes pardos. Os alunos brancos ($M = 3,3$) e amarelos ($M = 10,1$) avaliaram os índices mais baixos de discriminação. Essa discrepância marcante reforça pesquisas que apontam o racismo institucional como um componente fundamental nas universidades do Brasil (Arruda; Rosa, 2024; Guerra *et al.*, 2024). A naturalização do sofrimento do estudante negro, bem como a dificuldade das instituições em reconhecer e combater o racismo, revelam um abismo entre o discurso da diversidade e a realidade da exclusão simbólica (Rodrigues; Breder, 2023).

Na Tabela 5, nota-se que estudantes casados ($M = 19,3$) e em união estável ($M = 19,8$) dizem níveis mais elevados de discriminação em comparação com os solteiros ($M = 12,4$). Uma possível explicação é que relações mais sólidas podem estar associadas a uma maior participação em redes sociais e ambientes formais de instituições, ampliando a exposição a interações discriminatórias. Também, é plausível supor que esses estudantes apresentem maior maturidade ou independência para identificar práticas discriminatórias. Contudo, essas interpretações devem ser vistas com cautela, pois tratam-se de hipóteses que precisam ser confirmadas em investigações futuras. Os achados reforçam, ainda, que mesmo entre estudantes universitários a vivência do racismo não ocorre de maneira

homogênea, sendo influenciada por diversos fatores, tais como idade, estado civil, identidade de gênero e pertença racial.

As experiências de discriminação relatadas nesta pesquisa têm impactos devastadores na saúde mental, no rendimento escolar e na continuidade dos alunos racializados na educação superior. Pesquisas demonstram que a experiência cotidiana de racismo está diretamente ligada a sintomas de ansiedade, depressão, autoestima reduzida e síndrome do impostor, situação em que o aluno negro se sente deslocado e constantemente precisa demonstrar sua legitimidade naquele ambiente (Damasceno; Zanello, 2018; Pires; Oliveira; Sousa, 2024).

A persistência dessas desigualdades revela o quanto o racismo opera de forma silenciosa e sofisticada nas universidades. O mito da democracia racial, ainda muito presente no imaginário coletivo, dificulta o reconhecimento das práticas discriminatórias e culpabiliza o estudante negro por seu sofrimento (Carneiro, 2020). Nesse contexto, torna-se urgente a promoção de práticas institucionais comprometidas com a equidade racial.

Dentre as estratégias possíveis, destacam-se a implementação de políticas de letramento racial crítico (Braúna; Souza; Andrade Sobrinha, 2022), a criação de redes de apoio e coletivos negros (Guimarães; Rios; Sotero, 2020), a oferta de atendimento psicológico qualificado para lidar com questões raciais, além da formação continuada de professores e gestores. É necessário incorporar a interseccionalidade nas ações institucionais, regulamentando as diversas formas de opressão que afetam os corpos negros no âmbito universitário.

Combater a desigualdade racial na universidade exige mais do que políticas de acesso, é preciso transformar estruturas, currículos, relações e formas de gestão (Gonçalves; Pinheiro, 2024). Isso envolve enfrentar a resistência de setores que ainda sustentam privilégios raciais e que frequentemente reagem com negação ou indiferença diante das denúncias de racismo.

Portanto, os resultados desta pesquisa reafirmam que a universidade brasileira ainda está longe de ser um espaço plenamente democrático e acolhedor. A batalha contra o racismo institucional deve ser contínua, coletiva e fundamentada na escuta ativa dos estudantes negros e periféricos. A permanência deles na universidade não deve ser entendida como concessão, mas como direito e reparação histórica. O enfrentamento da

discriminação racial no ensino superior é condição indispensável para o avanço da justiça social e da equidade no Brasil.

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Em primeiro lugar, o delineamento transversal impossibilita estabelecer relações de causalidade, restringindo a análise às associações observadas no momento da coleta. Além disso, o uso de dados autodeclarados pode estar sujeito a vieses de memória ou de desejabilidade social, o que pode afetar a precisão das respostas fornecidas pelos participantes.

Outro ponto importante diz respeito à amostra não probabilística, que embora tenha alcançado número expressivo de estudantes, não garante representatividade estatística de toda a população universitária. Isso se torna ainda mais evidente nos subgrupos de pequeno porte, como estudantes indígenas, amarelos e não-binários, cuja baixa frequência limita a robustez das comparações e enfraquece a generalização dos achados para esses grupos.

Por fim, a restrição geográfica às instituições de ensino superior do estado do Ceará constitui outro fator limitante, pois impede extrapolar os resultados para contextos educacionais de outras regiões do Brasil, que podem apresentar dinâmicas próprias de racismo e discriminação racial.

Apesar dessas limitações, os resultados obtidos oferecem subsídios relevantes para compreender as manifestações da discriminação racial no ensino superior e contribuem para a formulação de estratégias institucionais de enfrentamento, ao mesmo tempo em que sinalizam a necessidade de investigações futuras com desenhos longitudinais, amostras probabilísticas e abrangência nacional.

5. CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo reforçam que o ambiente universitário, assim como outros espaços sociais, ainda reproduz práticas de discriminação racial que impactam negativamente a experiência acadêmica de estudantes negros e pardos. Embora políticas de ação afirmativa tenham ampliado o acesso ao ensino superior, a permanência e o bem-estar desses estudantes permanecem desafiados por microagressões, violências simbólicas e desigualdades estruturais.

A análise evidenciou que a discriminação não se manifesta de forma homogênea: raça, idade, gênero, identidade de gênero e situação civil interagem na produção de

múltiplas camadas de exclusão, revelando que determinados grupos – em especial estudantes pretos, não-binários e mais velhos – enfrentam níveis mais elevados de preconceito e preocupação com a discriminação. Esses achados não devem ser interpretados como causalidades absolutas, mas como associações que apontam tendências consistentes no contexto investigado.

Além disso, ficou evidente que as experiências de racismo ultrapassam o espaço acadêmico, estendendo-se para redes sociais, familiares e comunitárias, potencializando os efeitos sobre a saúde mental, o sentimento de pertencimento e a trajetória formativa. Esse quadro demonstra que o enfrentamento da discriminação no ensino superior exige respostas institucionais firmes e contínuas, que ultrapassem a simples garantia de acesso às vagas e avancem para a promoção efetiva da equidade.

Diante disso, destaca-se a urgência de políticas antirracistas articuladas à formação docente, ao suporte psicológico qualificado e à ampliação de coletivos de apoio e letramento racial, como estratégias fundamentais para transformar a cultura universitária. Tais ações podem contribuir para reduzir desigualdades, fortalecer a permanência estudantil e construir ambientes acadêmicos verdadeiramente inclusivos e justos.

Por fim, reconhecendo as limitações do delineamento transversal e da amostra restrita ao Ceará, este estudo aponta caminhos para futuras pesquisas que utilizem desenhos longitudinais, amostras probabilísticas e abrangência nacional, a fim de aprofundar a compreensão das dinâmicas do racismo no ensino superior. Avançar nessa agenda de investigação e intervenção é condição indispensável para consolidar uma educação superior comprometida com a justiça social, a diversidade e a igualdade racial.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, L. M.; ROSA, M. V. Necropolítica e o ensino superior: impactos e implicações nas instituições educacionais. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, Aquidauana, v. 2, n. 14, 2024.

BARBOSA, X. C.; KOKKONEN, R. L. F.; SOUSA, S. B. “Eu não consigo respirar”: racismo estrutural e os desafios da educação para as relações étnico-raciais na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica – Brasil. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 5, p. 29-51, 2021.

BEZERRA, L. Gênero, Raça e Classe: um olhar interseccional sobre a violência simbólica no cotidiano da universidade. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 6, n. 2, 2019.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012a.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 dez. 2012b.

BRAÚNA, C. J. D.; SOUZA, D. S.; ANDRADE SOBRINHA, Z. M. L. Letramento racial crítico: ações para construção de uma educação antirracista. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2022.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser**: o racismo como fundamento da desigualdade. 2. ed. São Paulo: Pólen, 2020.

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 450-464, 2018.

FATTORE, G. L. *et al.* Validade de constructo da escala Experiences of Discrimination em uma população brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 1-14, 2016.

GOMES, N. L.; SILVA, P. V. B.; BRITO, J. E. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. e258226, 2021.

GONÇALVES, K.; PINHEIRO, M. A desigualdade racial no ensino superior: desafios e perspectivas para a efetivação do direito à educação. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, 2024.

GUERRA, N. E. M. *et al.* O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. e04232023, 2024.

GUIMARÃES, A. S. A.; RIOS, F.; SOTERO, E. Coletivos negros e novas identidades raciais. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 309-327, 2020.

MAROCO, J. **Análise estatística**: com utilização do SPSS. 7. ed. [S. l.]: ReportNumber, Lda, 2018.

PIRES, A. M.; OLIVEIRA, A. B. F.; SOUSA, W. C. Experiências universitárias de pessoas negras: desigualdade racial e saúde mental. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 37, p. e68484, 2024.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem:** avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

RABELO, D. F. *et al.* Racismo e envelhecimento da população negra. **Revista Kairós: Gerontologia**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 193-215, 2018.

RODRIGUES, G. F.; BREDER, D. “Raça” e racismo estrutural: (re)pensando a formação de professores na educação básica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 39, n. 1, 2023.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Eliany Nazaré Oliveira: Planejamento do estudo, delineamento metodológico, coleta de dados, análise de dados, discussão de dados, conclusão e elaboração do artigo.

João Walyson de Paula Cordeiro: Planejamento do estudo, delineamento metodológico, coleta de dados, análise de dados, discussão de dados, conclusão e elaboração do artigo.

Paulo Jorge de Almeida Pereira e Paulo Cesar de Almeida: planejamento do estudo, delineamento metodológico, análise de dados, discussão de dados.

Lorena Saraiva Viana: análise de dados, discussão de dados, conclusão e elaboração do artigo e redação final do artigo.

Marcos Pires Campos: coleta de dados, análise de dados, discussão de dados, conclusão e elaboração do artigo e redação final do artigo.

Heliandra Linhares Aragão coleta de dados, análise de dados, discussão de dados, conclusão e elaboração do artigo e redação final do artigo.

Pedro Lucas Alves: coleta de dados, análise de dados, discussão de dados, conclusão e elaboração do artigo e redação final do artigo.